

MARCOS JOSE SANTOS MEIRA

marcos@mmeira.adv.br – 81 98237.8229

RESUMO PROFISSIONAL

Advogado. Procurador do Estado de Pernambuco. Doutor em Direito Administrativo pela PUC/SP. Mestre em Direito Processual Civil pela PUC/SP.

Presidente da Comissão Especial de Direito de Infraestrutura.

Especialista em Direito Tributário pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Especialista em Direitos Humanos, Responsabilidade Social e Cidadania Global pela PUC-RS. Especialista em Direito Penal e Criminologia pela PUC/RS. Especialista em Direito Público pela USP. Autor do livro A coisa julgada no Código de Processo Civil. Coautor do livro O Cárcere da Agonia: a superação dos sobreviventes.

Além de diversos cursos, palestras, artigos e textos publicados em periódicos, jornais de notícias e revistas.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

PROCURADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

Governo do Estado de Pernambuco

Contencioso na Área da Saúde

1998 – Atual

ADVOGADO - Sócio Fundador.

M Meira Advogados Associados e Consultoria

Áreas de atuação na prestação de serviços de advocacia em direito público e privado, principalmente junto aos Tribunais Federais, Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, como também à atuação consultiva e contenciosa altamente especializada.

1999 – Atual

TÉCNICO JUDICIÁRIO

Justiça Federal de Pernambuco

Quadro permanente da Justiça Federal, seção Judiciária de Pernambuco, ingresso por meio de concurso público, oportunidade em que exerceu as seguintes funções: Supervisor da seção de processamento de causas criminais; Diretor da divisão especial para pesquisa, coleta e classificação de assuntos jurisprudenciais e doutrinários; Chefe de gabinete; e Assessor de Juiz.

1993 – 1998

OUTROS VÍNCULOS INSTITUCIONAIS

PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE DIREITO DE INFRAESTRUTURA DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL.

OAB Conselho Federal - Brasília/DF

2025 – Atual

MEMBRO CONSULTOR DA COMISSÃO ESPECIAL DE PRECATÓRIOS DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL.

OAB Conselho Federal - Brasília/DF

2025 – Atual

REPRESENTANTE DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL NA ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO – AGU – Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Normativa nº 87/2023.
OAB Conselho Federal - Brasília/DF
2023 – 2025

MEMBRO DA COMISSÃO ESPECIAL DE DEFESA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL.
OAB Conselho Federal - Brasília/DF
2019 – 2025

MEMBRO DO FORUM NACIONAL DE PRECATÓRIOS – FONAPREC.
Conselho Nacional de Justiça - Brasília/DF
2022 – 2024

MEMBRO DO OBSERVATÓRIO NACIONAL DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL.
OAB Conselho Federal - Brasília/DF
2019 – 2022.

MEMBRO DA COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO.
OAB Conselho Federal - Brasília/DF
2013 – 2016

DIRETOR.
Escola Ruy Antunes da OAB/PE - Recife/PE
2001 – 2003

FORMAÇÃO ACADÊMICA

DOCTOR

Título: O controle judicial da atividade normativa das agências reguladoras: em busca de um método jurídico
Ano de Obtenção: 2026.
Orientador: Professor Doutor Silvio Luís Ferreira da Rocha.
PUC - São Paulo/SP
2021 - 2026

MESTRE

Título: A coisa julgada, seus limites e o novo Código de Processo Civil: Lei nº 13.105/2015.
Ano de Obtenção: 2015.
Orientador: Professor Doutor Nelson Luiz Pinto.
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas
PUC - São Paulo/SP
2012 – 2015

ESPECIALISTA EM DIREITO PÚBLICO

Título: Imparcialidade administrativa e consensualidade: a reconstrução do processo administrativo para além do paradigma adversarial à luz do conceito de imparcialidade de David Duarte.
Orientadora: Professora Doutora Christiane Mina Falsarella

USP – São Paulo/SP
2024 - 2026

ESPECIALISTA EM DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA

Título: O Judiciário executor: protagonismo judicial no enfrentamento ao hipercarceramento no Brasil.

Orientadora: Professora Doutora Livia Haygert Pihan

Grande área: Penal e Criminologia

PUC - Porto Alegre/RS

2024 - 2025

ESPECIALISTA EM DIREITOS HUMANOS

Título: A eficácia dos tratados internacionais de Direitos Humanos no Direito Brasileiro e o projeto de Lei nº 5.282/2019.

Orientador: Professor Doutor Daniel Ustarroz.

PUC - Porto Alegre/RS

2020 – 2022

ESPECIALISTA EM DIREITO TRIBUTÁRIO

Carga Horária: 200h/aula

FGV - Recife/PE

2001 – 2002

GRADUADO EM DIREITO

UFPE - Recife/PE

1992 – 1996

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Grande área: Ciências Sociais / Direito

Direito Tributário

Direito Administrativo

Direito Processual Civil

OUTROS CURSOS RELEVANTES

NEGOCIAÇÃO

Carga Horária: 20h/aula.

FGV - São Paulo/SP

2019 – 2019

COMPLIANCE

Carga Horária: 36h/aula.

INSPER - São Paulo/SP

2018 – 2018

PEC - COMPLIANCE ANTICORRUPÇÃO: ASPECTOS GERAIS

Carga Horária: 16h/aula.

FGV - São Paulo/SP

2018 – 2018

MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

Carga Horária: 30h/aula.

FGV - São Paulo/SP

2018 – 2018

PRODUÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

1. MEIRA, M. J. S.; A Coisa Julgada no Código de Processo Civil. Livro, 1ª Edição, Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris, 410 p., 2024, ISBN 978-85-5193-112-7.
2. MEIRA, M. J. S.; LOUZEIRO, J; CENI, A. O Cárcere da Agonia: a superação dos sobreviventes. Livro, 1ª Edição, São Paulo, Editora Contracorrente, 196 p., 2022, ISBN 978-65-5396-014-5.

DEMAIS PRODUÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

1. LOBO, E., MESSIAS, J., ANDRADE, D. A. e RIBEIRO, P. D. M... Encruzilhadas: Tecno-Oligarquias, Democracia e Ameaça Ambiental. Apresentação, Forum, Belo Horizonte, 2025. ISBN 978-85-450-0957-3.
2. MENDES, G. F., LIRA, D. N., FREIRE, A.. Constituição, democracia e diálogo: 15 anos de Jurisdição Constitucional do Ministro Dias Toffoli. Artigo. Forum, Belo Horizonte, 2025, volume II, páginas 1137 a 1146, ISBN Impresso 978-65-5518-877-6 e ISBN digital 978-65-5518-878-3.

ARTIGOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS

1. MEIRA, M. J. S.. O Judiciário executor: Protagonismo Judicial no enfrentamento ao hiperencarceramento no Brasil. Revista Políticas Públicas & Cidades, volume 14, nº 7, páginas 01 a 12, out/2025.
2. MEIRA, M. J. S.. O Direito Intertemporal e a Retroatividade da Lei mais benéfica no Direito Administrativo Sancionador. Revista Políticas Públicas & Cidades, volume 14, nº 7, páginas 01 a 21, out/2025.
3. MEIRA, M. J. S. e VIEIRA NETO, L. F.. Função regulatória independente e poder executivo central. Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, volume 18, nº 9, páginas 01 a 30, set/2025.
4. MEIRA, M. J. S. e POSSAMAI, R. M. S.. Acordos de leniência no Brasil: Avanços e perspectivas para uma negociação conjunta. Journal os Advance Research in Business, Management and Accounting, volume 11, Issue 2, páginas 09 a 18, mar/2025.
5. MEIRA, M. J. S.. A Eficácia dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos no Direito Brasileiro e o Projeto de Lei do Senado Federal nº 5.282/2019. Delictae – Revista de Estudos Interdisciplinares sobre o Delito, volume 9, nº 16, páginas 138 a 176, jan./jun. 2024.
6. MEIRA, M. J. S.. A decisão do Estado-Administração sobre seguir, ou não, precedente judicial: proposta de método jurídico a partir da análise de caso-referência. Interesse Público – IP, volume nº 142, páginas 105-141, nov./dez. 2023.

7. MEIRA, M. J. S. e SANT'ANA, R.M.. Acordos de leniência no Brasil: Avanços e Perspectivas para uma negociação conjunta (Leniency Agreement in Brazil: Advances and Perspectives on Interinstitutional Cooperation). SSRN, 28/06/2023.
8. MEIRA, M. J. S.. O Neoconstitucionalismo e sua influência sobre a ciência processual: algumas reflexões sobre o neoprocessualismo e o projeto do novo Código de Processo Civil. Jus Navigandi, v. 02, p. 1-20, 2015.
9. MEIRA, M. J. S.. A responsabilidade tributária dos sócios-gerentes pela dissolução irregular da sociedade tributária: termo inicial da prescrição para o redirecionamento da execução fiscal e elemento pessoal de imputação. Doutrinas Essenciais Direito Tributário, v. IX, p. 1289-1320, 2014.
10. MEIRA, M. J. S.. A responsabilidade tributária dos sócios-gerentes pela dissolução irregular da sociedade empresária: termo inicial da prescrição para o redirecionamento da execução fiscal e elemento pessoal de imputação. Revista Tributária e de Finanças Públicas, v. 114, p. 191-219, 2014.

PALESTRAS EM UNIVERSIDADES INTERNACIONAIS

1. MEIRA, M. J. S.. “Le indagini difensive nella realtà brasiliana”. In: I° Seminario italo-brasiliano “LOTTA ALLA CORRUZIONE IN BRASILE STATO DELL’ARTE E PROSPETTIVE FUTURE”. Local: Aula Magna, Dipartimento di Scienze Politiche, Università di Pisa, 11/04/2019, às 11h30.
2. MEIRA, M. J. S.. “Le indagini difensive nella realtà brasiliana”. In: Seminario italo-brasiliano di Diritto Processuale Penale “LA DIFESA DELL’IMPUTATO ALLA PROVA DELLE INCHIESTE ANTICORRUZIONE. Un confronto tra l’esperienza italiana del dopo-Mani Pulite e le vicende brasiliane della Lava-Jato”. Local: Dipartimento di Giurisprudenza, Aula 11, via /A. Pascoli 33 – 06123 Perugia, Università degli Studi di Perugia, 10/04/2019, às 15h.

PALESTRAS/EVENTOS

1. MEIRA, M. J. S.. Justiça e Democracia hoje. Mediador. Tribunal de Contas do estado de Minas Gerais - TCEMG, 09/09/2025.
2. MEIRA, M. J. S.. Integridade em foco: combatendo crimes de ódio e promovendo direitos humanos. Palestrante. Fecomércio/RJ, 27/11/2024.
3. MEIRA, M. J. S.. Leniência: Resultados Esperados e Pragmatismo do acordo. Gestor. OAB Conselho Federal, 06/05/2024.
4. MEIRA, M. J. S.. Transação Tributária. Participante. Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco, 11/09/2023.
5. MEIRA, M. J. S.. 10 Anos da Lei Anticorrupção – Balanço de seus impactos no setor de infraestrutura brasileiro. Palestrante. OAB Conselho Federal, 12/04/2023.
6. MEIRA, M. J. S.. Contrato de Seguro: Temas Atuais. Organização. OAB Conselho Federal, IBDS e AASP. 12/04/2023.
7. MEIRA, M. J. S.. Os órgãos de assessoramento jurídico nas licitações e contratos. Palestrante. Licitações e Contratos: As principais mudanças da nova lei de licitações e contratos administrativos. IREE Kope, 22/04/2021.
8. MEIRA, M. J. S.. Marco legal do Saneamento básico. Mediador. Seminário virtual O novo marco do Saneamento. OAB Conselho Federal, Tv Conjur e Youtube do Diário de Pernambuco, 09/07/2020.
9. MEIRA, M. J. S.. Concessões, Regulação e COVID-19: Perspectivas atuais e futuras para os setores rodoviários e ferroviário. Palestrante. OAB Conselho Federal, 28/05/2020.

10. MEIRA, M. J. S.. “L’escuzione dei contratti pubblici nel diritto brasiliano”. Apresentação de Poster/Painel no Curso Alta Formação Direito, Políticas Públicas e Infraestruturas. Dipartimento di Giurisprudenza, Università degli Studi di Perugia, 18/06/2020.
11. MEIRA, M. J. S.. A execução dos contratos públicos no Direito Brasileiro. Participante. Curso de Alta Formação, Direito, Políticas Públicas e Infraestrutura. IREE, 18/06/2020.
12. MEIRA, M. J. S.. Infraestrutura e segurança jurídica. Palestrante. Seminário Infraestrutura e segurança jurídica. OAB Conselho Federal, 06/09/2019.
13. MEIRA, M. J. S.. Seminário: O papel da Fazenda Pública no controle de qualidade da formação do convencimento do julgador. Participante. Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco, 27/09/2018.
14. MEIRA, M. J. S.. Seminário: Poderes e Deveres do Juiz no novo CPC. Participante. Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco, 28/04/2016.
15. MEIRA, M. J. S.. Seminário: O abandono de cargo na legislação de servidores do Estado de Pernambuco e à luz da Doutrina e da Jurisprudência. Participante. Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco, 28/04/2016.
16. MEIRA, M. J. S.. O uso da arbitragem nos projetos de infraestrutura. Palestrante. II Forum Nacional de Direito e Infraestrutura. IBEJI, 18/11/2014.

TEXTOS EM JORNAIS DE NOTÍCIAS/REVISTAS

1. MEIRA, M. J. S.. Marcos Meira: ‘Entre sentenças e sambas, o juiz que faz da Justiça uma ponte de esperança’. Jornal do Commercio, Opinião, 31/03/2025.
2. MEIRA, M. J. S.. Inovações da LC 208/24 e os desafios de sua regulação. Valor Econômico, Legislação, 23/07/2024.
3. MEIRA, M. J. S.. Overcomplice: o risco do excesso. Istoé, Coluna, Editora3, 28/06/2024.
4. MEIRA, M. J. S.. Análise: Megadecreto de Milei enfrentará desafios. Correio Braziliense, Opinião, 12/01/2024.
5. MEIRA, M. J. S.. Preservar a colegialidade do STF é um desafio para o Estado brasileiro. CONJUR, Opinião, 26/09/2023
6. MEIRA, M. J. S.. Lula acerta ao pedir ao Congresso que devolva simbolicamente o mandato de Dilma Rousseff?. Migalhas, 31/08/2023.
7. MEIRA, M. J. S.. Insegurança aniquila investimentos no Brasil. Portal da Infra, Debate, 22/08/2023.
8. MEIRA, M. J. S. e LIRA, G.C.. A legitimidade da escolha. Migalhas, 27/06/2023.
9. MEIRA, M. J. S. e PEIXOTO, R. M.. Honorários contratuais destacados no precatório e ordem preferencial. CONJUR, Opinião, 01/08/2022.
10. MEIRA, M. J. S. e VALIM, R..A segurança jurídica nos acordos de leniência. CONJUR, Opinião, 04/09/2019.
11. MEIRA, M. J. S.. Supremo acerta ao ampliar hipóteses de julgamento pelo Plenário Virtual. CONJUR, Opinião, 24/07/2019.
12. MEIRA, M. J. S.. Decreto que altera Convenção Brasil-Dinamarca gera tributação em cascata. CONJUR, Opinião, 07/07/2019.
13. MEIRA, M. J. S.. Distrato Imobiliário protege também o comprador. Correio Braziliense, 08/01/2019.
14. MEIRA, M. J. S.. Receita contraria decisão que autoriza excluir ICMS do cálculo de PIS e Cofin. CONJUR, 04/11/2018.
15. MEIRA, M. J. S.. A incidência do PIS/COFINS sobre parcela do ICMS. Jota.info, 23/12/2016.

16. MEIRA, M. J. S.. Universalidade do SUS. *Jornal do Commercio*, Coluna Opiniões, p. 18, 09/10/2016.
17. MEIRA, M. J. S.. Universalidade do SUS e escassez de recursos. *Folha de São Paulo*, 28/09/2016.
18. MEIRA, M. J. S.. IR sobre herança é juridicamente legítimo, mas economicamente inoportuno. *CONJUR*, 31/07/2016.
19. MEIRA, M. J. S.. Defesa do Contribuinte. *Jornal do Commercio*, Coluna Opiniões, p. 12, 07/06/2016.
20. MEIRA, M. J. S.. A coisa julgada em matéria tributária. *Valor Econômico*, Valor.com.br, 17/05/2016.
21. MEIRA, M. J. S.. Código de Defesa do Contribuinte: novidade ou perda de oportunidade?. *Folha de São Paulo*, 29/04/2016.
22. MEIRA, M. J. S.. Receita Federal erra ao impedir sociedade individual no Simples. *CONJUR*, 01/02/2016.
23. MEIRA, M.J.S.. O Neoconstitucionalismo e sua influência sobre a ciência processual: algumas reflexões sobre o neoprocessualismo e o projeto do novo Código de Processo Civil. *Jus Brasil*, 19/03/2015.
24. MEIRA, M. J. S.. Investimento Estrangeiro e Desenvolvimento Sustentável. *Revista NE Business*, nº 03, ano 2, 2014.

DEMAIS PRODUÇÕES DIVULGADAS NA MÍDIA

1. CALEGARI, L.. Cidadão comum é quem mais recorre à Justiça para ter acesso à informação. *Valor Econômico*, *Legislação*, 03/07/2026.
2. CALEGARI, L.. STJ dá aval a leilão de bens de devedor sem aviso prévio. *Valor Econômico*, *Legislação*, 24/10/2025.
3. Redação Conjur.. Para tributaristas, proposta do STJ para litígios da reforma pode causar decisões divergentes. *CONJUR*, *Tributário*, 15/09/2025.
4. ANGELO, T. e PERON, I.. Decisão sobre deputada não tem efeito imediato. *Valor Econômico*, *Política*, 15/05/2025.
5. CARVALHO, M.. ISS deve ser excluído da base do PIS Cofins – Importação sobre serviços, decide TRF3. *Jota*, *Tributos*, 02/04/2025.
6. BARRETTO, E.. Processos de improbidade administrativa caem 42% após enfraquecimento da lei. *Estadão*, *Política*, *Colunas*, 17/02/2025.
7. Redação Lex Legal Brasil. Advogados alertam para golpe do precatório. *Lex Legal Brasil*, *Consumidor*, 14/11/2024
8. Redação Conjur. Livro sobre os 15 anos de Toffoli no STJ reúne artigos de juristas e políticos. *CONJUR*, *Constitucional*, 23/10/2024.
9. ESCARDOVELLI, M.. É “confisco”? Entenda por que o governo pode utilizar dinheiro esquecido no seu banco. *InfoMoney*, *Minhas Finanças*, 19/09/2024.
10. Brites, R.. STF intima PGE de São Paulo para tratar da privatização da Sabesp. *Brasil, Radar*, 17/07/2024.
11. OLIVEIRA, D.. Publicado decreto presencial que institui Navegue Simples. *Portos e Navios*, *Notícias*, 26/06/2024.
12. GUIMARÃES, S. P. e BORGES, S.. Nunes anuncia que entregou ‘nova Santo Amaro’ sem encerrar obra na avenida. *UOL*, *Política*, 15/06/2024.
13. DAUER, L., HONÓRIO, G., ACAYABA, C. e GOMES, P.. Justiça de SP suspende votação da privatização da Sabesp; cabe recurso. *G1 SP e Tv Globo* – São Paulo, 03/05/2024

14. Blog do Marcos Almeida. População brasileira dá R\$23 bi a Brasília e banca 38% dos gastos. Blog do Marcos Almeida, Notícias, 21/04/2024.
15. Redação EnerVision. Enel só perde a concessão em SP em caso extremo. EnerVision, 11/04/2024.
16. PACHECO, C.. Projeto de lei do Sistema Nacional de Educação não entrega decisões do setor a sindicatos. Estadão, Estadão Verifica, 09/04/2024.
17. BARELLA, J. E.. Plano do governo de revisão bilionária de concessões ferroviárias sai dos trilhos. NeoFeed, Economia, 01/02/2024.
18. BACELO, J.. Advogados se dividem quanto ao formato certo para a desestatização. Valor Econômico, Política, 16/11/2023.
19. TAHAN, L. com TEIXEIRA, I.. Comissão de Infraestrutura da OAB debate 10 anos da Lei Anticorrupção. Metrôpoles, Grandeangular, 12/04/2023.
20. Redação Debate Jurídico. Evento da OAB faz balanço dos 10 anos da Lei Anticorrupção. Debate Jurídico, 12/04/2023.
21. RODRIGUES, R.. Embate entre CTG e União sobre oferta de energia de hidrelétricas pode pesar na conta de luz. Valor Econômico, Empresas, 15/08/2022.
22. MEIRA, M. J. S.. Disputa jurídica entre CTG e União pode levar a rombo bilionário. Valor Econômico, Empresas, 05/08/2022.
23. RODRIGUES, R.. Legal battle may create multi-billion hole in power industry. Valor Econômico Business, Notícias, 04/08/2022.
24. VOLTARE, E.. Honorários contratuais destacados no precatório e ordem preferencial. CONJUR, Opinião, 01/08/2022.
25. CALEGARI, L. e VITAL, D.. Decisão do STJ sobre honorários inibe discricionariedade pode reduzir litigância. CONJUR, Notícia, 16/03/2022.
26. KER, J.. Prefeitura de São Paulo pode ser indenizada por desabamento de obra do Metrô, dizem especialistas. Estadão, 01/02/2022.
27. Redação Lexlatin. O Novo Marco do Saneamento e a taxa do lixo. Lexlatin, Notícia, 23/10/2021.
28. SALIBA, A. L.. MP-SP veta extensão de concessões sem licitação e preocupa advogados. CONJUR, Notícias, 23/10/2021.
29. Redação Lexlatin. STF declara inconstitucionais leis estaduais que mudam cláusulas de contratos de concessões. Lexlatin, 07/10/2020.
30. MACEDO, F.. Magistrado não possui prerrogativa de escolher qual lei ou decreto deseja cumprir mediante ofensa a funcionário público. Estadão, Opinião, 29/07/2020.
31. Redação Lexlatin. As oportunidades em infraestrutura que prometem aquecer o mercado jurídico. Lexlatin, 27/07/2020.
32. RODAS, S.. Vetos de Bolsonaro podem reduzir eficácia de marco legal do saneamento básico. CONJUR, Notícia, 17/07/2020.
33. PAVANELLI, C. e BARROZO, T. S.. Brazil's new sanitation bill to draw domestic and foreign private investment. Forbes, Money, 17/07/2020.
34. ESTIGARRIBIA, J. Fraudes e obras paradas há 35 anos: o que falta para Angra 3 sair do papel. Exame, Negócios, 26/06/2020.
35. MENDES, G.. As principais mudanças (e vetos) do novo Regime Jurídico Emergencial e Transitório. Lexlatin, 15/06/2020.
36. Redação Portal Magistrado. Comissão discute impactos da pandemia e futuro do Setor de Transportes. Portal Magistrado, 28/05/2020.
37. Redação OAB Conselho Federal. OAB debate perspectivas das concessões nos setores rodoviário e ferroviário diante da Covid-19. OAB, Notícia, 25/05/2020

38. Redação Conjur. MP autoriza pagamento antecipado de licitações durante calamidade. CONJUR, Notícias, 07/05/2020.
39. SANTOS, R..Resolução para parcelamento de débitos do FGTS é positiva, dizem especialistas. CONJUR, Contribuições Devidas, 26/10/2019.
40. Redação Conjur. Publicado decreto que busca evitar dupla tributação entre Brail e Dinamarca. CONJUR, Acordo Internacional, 26/06/2019.
41. AGUIAR, A.. Incorporadoras podem abater distratos do Imposto de Renda. Valor econômico, 03/06/2019.

PRÊMIOS E TÍTULOS

1. Título Cidadão Honorário de Brasília, Câmara Legislativa do Distrito Federal, 2024.
2. Parainfo turna de Direito Luis Nicomedes de Figueredo Neto, 2008.
3. Título Cidadão de Pernambuco, Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2006.
4. Título Cidadão destaque da Paraíba, Associação dos Advogados de Campina Grande, 2004.
5. Patrono da turma de Direito Professor Gláucio Veiga, Universidade Federal de Pernambuco, 2000.